

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 159.949 - MT (2018/0188934-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ALTA FLORESTA - MT
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DO FORO REGIONAL DE MANDAGUAÇU DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - PR
INTERES. : CUPIXI TRANSPORTES E LOCACAO LTDA
INTERES. : ADÃO SOARES NOGUEIRA NETO
INTERES. : FRANK ROGIERI DE SOUZA ALMEIDA
ADVOGADOS : FÁBIO LAMÔNICA PEREIRA - PR035936
HUGO ROGER DE SOUZA ALMEIDA - MT016285
INTERES. : BRADESCO LEASING S.A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO : HÉRICA PAULA FERNANDES - PR050827

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o r. **JUÍZO DE DIREITO DA 3.ª VARA CÍVEL DE ALTA FLORESTA-MT**, suscitante, e o r. **JUÍZO DE DIREITO DO FORO REGIONAL DE MANDAGUAÇU DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ-PR**, suscitado.

Ação: embargos à execução movida por Cupixi Transportes e Locação Ltda. e Outros em face de Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, no qual alegou iliquidez do título executivo e incompetência relativa, em razão da conexão com os autos da Ação Revisional n. 1332-13.2014.811.0007, em curso perante o juízo suscitante (fls. 4/12).

Decisão do Juízo suscitado: declinou da competência para o juízo suscitante, ao argumento de que em razão do contrato que embasa a presente execução ser também "*objeto da ação revisional n.º 1332-13.2014.811.0007 distribuída perante a Terceira Vara Cível da Comarca de Alta Floresta-MT, evidencia-se a existência de conexão entre a execução de título extrajudicial e consequente embargos à execução e a ação revisional ajuizada pelos embargantes, nos termos do artigo 55 do Código de Processo Civil.*" (fl. 333).

Decisão do Juízo suscitante: suscitou o presente conflito negativo de competência, sob o fundamento de que "*(...) já tendo sido sentenciada a ação de conhecimento em trâmite neste Juízo (fls. 213/215 dos autos nº 1332-13.2014.811.0007), estando esta, inclusive, em fase de expedição de alvará do valor depositado nos autos em favor do banco requerido, após o abatimento dos créditos deferido, não se configura*

mais a necessidade da reunião das ações em questão." (fl. 352).

Prestadas as informações (fls. 368-381 e 382-396), o MPF opinou pelo conhecimento do conflito (fls. 403-405).

É o relatório.

Decide-se.

1. Nos termos do art. 66 do NCPC, o conflito de competência se configura quando dois ou mais juízes declaram-se competentes ou consideram-se incompetentes para o processamento e julgamento de uma mesma demanda ou quando existir controvérsia acerca da união ou separação de processos entre duas ou mais autoridades judiciárias.

Na situação dos autos, todavia, depreende-se da informação prestada pelo d. juízo suscitante que *"a ação que ensejou a remessa a este Juízo dos embargos à execução sob o Cód. 161052 (ação revisional sob o nº 1332-13.2014.811.0007), além de sentenciada em 01.02.2016, com trânsito em julgado em 15.03.2016, conforme exposto no conflito em questão, foi remetida ao arquivo definitivo em 15.06.2018, conforme consulta ao Sistema Apolo."* (fl. 370).

Assim sendo, incide à hipótese o teor da Súmula n.º 59/STJ: ***"Não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes."***, em harmonia com a Súmula n.º 235/STJ: ***"A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado."***

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SENTENÇA SEM TRÂNSITO EM JULGADO. POSSIBILIDADE, EM PRINCÍPIO, DE CONHECIMENTO. SÚMULAS 59 E 235/STJ. AÇÕES ORIGINÁRIAS DISTINTAS. INEXISTÊNCIA DE CONFLITO.

1. **Se o conflito positivo de competência se estabelecer por força de uma regra de conexão, ele não poderá ser conhecido se uma das sentenças foi proferida, ainda que sem trânsito em julgado, por força da Súmula 235/STJ.** Mas se o conflito decorre de outra regra de estabelecimento da competência, não há restrição a seu conhecimento após prolatada a sentença, desde que não haja trânsito em julgado (Súmula 59/STJ).

2. Em que pese a possibilidade, em princípio, de conhecimento do conflito não obstante uma das sentenças tenha sido proferida - já que ele não se fundamenta em regra de conexão - não há conflito positivo de competência se as ações que supostamente lhes deram origem discutem matérias distintas.

3. Conflito de competência não conhecido.

(CC 108.717/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/09/2010, DJe 20/09/2010 - grifamos)

PROCESSUAL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA.

CONEXÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM ANDAMENTO E AÇÃO ORDINÁRIA JÁ SENTENCIADA. COEXISTÊNCIA. SÚMULA 235 DO STJ.

1. A sentença proferida por Juízo Estadual não é incompatível com a existência de ação conexa em andamento da Justiça Federal.

2. **Situação em que o Juízo Federal suscitou o conflito positivo de competência em face de Juízo Estadual que já proferiu sentença em processo conexo, incidindo o Enunciado n. 235 da Súmula do STJ ("A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado"), que por decorrência lógica afasta a ocorrência do conflito.**

3. Conflito de competência não-conhecido.

(CC 56.100/MA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/11/2008, DJe 01/12/2008 - grifamos)

2. Do exposto, **não conheço** do presente conflito.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator